

## INTEGRAÇÃO DOS ESTUDANTES NA POLÍTICA: um relato de experiência

Ramon Torres Guedes <sup>1</sup>  
Pedro Jônatas da Silva Chaves <sup>2</sup>

### RESUMO

No contexto contemporâneo, uma preocupação é a formação cidadã de jovens e sua participação nas tomadas de decisões locais. Nesse cenário, torna-se relevante avaliar iniciativas como o projeto 'Político, eu?!', a fim de discernir sua eficácia e potencial para promover uma cidadania ativa entre os estudantes do ensino fundamental. Logo, este trabalho tem como objetivo refletir sobre o projeto "Político, eu?!", buscando compreender as percepções contidas nos documentos oficiais e nas experiências dos participantes envolvidos. O texto foi elaborado numa pesquisa de abordagem qualitativa, adotando o procedimento de investigação documental complementado com entrevistas. O lócus da pesquisa foi uma turma de 9º ano da escola José Bonifácio de Sousa, da rede municipal de Fortaleza. Este trabalho teve como fundamentação teórica os seguintes autores: Arendt (2002), Bobbio (1998), Freire (1996) e Ribeiro (1998). Os resultados apontam que o projeto obteve sucesso ao catalisar o debate público sobre a participação política de estudantes do ensino fundamental, da rede municipal de Fortaleza, evidenciando-o como um instrumento fundamental para o pleno exercício da cidadania e fortalecimento da democracia. De modo geral, os sujeitos evidenciam que o projeto é importante para que os alunos aprendam a discutir assuntos pertinentes à sociedade, elemento fundamental de uma democracia.

**Palavras-chave:** Projeto 'Político, eu?!', formação cidadã, participação política, ensino fundamental.

### INTRODUÇÃO

Um movimento estudantil na cidade de Córdoba, Argentina, conhecido como Movimento de Córdoba, entrou para a história por suas significativas transformações na educação, cujos resultados se materializaram no Manifesto de Córdoba e na Reforma Universitária de Córdoba, ambos em 1918. O início do movimento foi marcado por críticas ao isolamento da universidade e sua natureza colonizante, à medida que os estudantes reivindicavam uma universidade democrática, autônoma, envolvida com o social e disposta a responder os problemas latino-americanos, principalmente o da exploração do trabalho. O referido movimento destaca-se como impulsionador para a criação da extensão universitária na América Latina e em outras partes do mundo. A

---

<sup>1</sup> Especialista do Curso de Planejamento e Gestão Ambiental da Universidade do Ceará - CE, prof.ramontorres@gmail.com;

<sup>2</sup> Doutorando e mestre do Curso de Educação da Universidade Estadual do Ceará - CE, pedrojonataschaves@email.com;

extensão, atualmente como um dos três pilares fundamentais da formação universitária, visa uma aproximação da universidade com a sociedade.

Na escola, a busca pela qualidade na reprodução e produção do conhecimento deve ser acompanhada pela formação política dos estudantes, já que é condição *sine qua non* para a participação na definição dos rumos da sociedade por meio de projetos coletivos e participativos com objetivos bem definidos. Isso visa aproximar a escola das questões sociais, capacitando os alunos a enfrentarem os desafios do Brasil, anseio semelhante ao movimento de Córdoba. Entretanto, percebe-se que a insuficiente instrução da população sobre o funcionamento das instituições democráticas, combinada com a pandemia da desinformação [*fake news*], tem aprofundado o desinteresse nas questões políticas - no seu sentido *lato sensu*, especialmente entre os mais jovens. Um grave problema por gerar alienação nas pessoas, o que impede o desenvolvimento de uma consciência crítica e uma participação ativa na vida social e política.

A partir dessa inquietação, que resultou na descredibilização da política e no enfraquecimento da democracia nos últimos anos, a Fundação Demócrito Rocha lançou no ano de 2023 um projeto intitulado “Político, eu?!”, cujo a proposta era estimular a participação da sociedade na política e a compreensão do funcionamento das instituições democráticas. A Fundação disponibilizou o curso de extensão “Educação Política para a Cidadania”, voltado para a formação de docentes, jovens e sociedade em geral. Além disso, realizou o concurso “A Escola Vai à Câmara”, destinado aos estudantes do ensino fundamental a fim de conhecerem o trabalho do Legislativo Municipal, através de uma oficina e uma visita guiada à Câmara Municipal de Fortaleza.

Essa proposta da Fundação Demócrito Rocha se tornou uma oportunidade para abordar sobre política na escola de maneira transversal, amparado nas competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, nas aulas de Geografia com os estudantes do ensino fundamental nos anos finais sobre a formação crítica na política e promover discussões sobre a construção de políticas públicas na cidade.

O presente relato de experiência foi elaborado numa pesquisa de abordagem qualitativa, adotando o procedimento de relato de experiência. O lócus da pesquisa foi uma turma de 9º ano de uma escola da rede municipal de Fortaleza. Este trabalho teve como fundamentação teórica a proposta de educação como um ato político, desenvolvida por Freire. A intencionalidade é oferecer uma descrição e análise da participação de professores do 9º ano de uma escola da rede municipal de Fortaleza no projeto “Político, eu?!”. Este projeto foi selecionado em 2023 por meio de concurso promovido pela

Fundação Demócrito Rocha, em parceria com a Câmara Municipal de Fortaleza. Inicialmente o projeto foi direcionado para uma turma de 9º ano do turno da manhã do Ensino Fundamental. No entanto, posteriormente, a oficina desenvolvida foi compartilhada com as outras turmas do 9º ano e também com as do 8º ano.

O projeto foi concebido em 2023 como uma forma de complementar o conteúdo sobre “A geopolítica no mundo contemporâneo: as ordens mundiais”, ministrado no início do ano letivo nas turmas de 9º ano. Diante dos desafios, surgiu a ideia de desenvolver um projeto que promovesse a integração dos estudantes do 9º ano na política, por meio de uma atividade extra-curricular denominada Clube de Aprendizagem, que possui uma carga horária anual de 55 horas/aula (quinto tempo). Essa atividade foi complementada durante as aulas de Geografia, que têm 2 horas/aula semanais, ministradas por um professor com jornada de trabalho de 40 horas. No segundo semestre de 2023, surgiu a oportunidade de desenvolver o referido projeto através da Fundação Demócrito Rocha que proporcionou aos alunos um maior conhecimento sobre o legislativo do município de Fortaleza.

Como afirma o Documento Curricular Referencial de Fortaleza (DCRFor), no componente curricular de Geografia,

O desenvolvimento da autonomia e do senso crítico dos estudantes de Fortaleza inclui a capacidade de compreender e questionar as políticas públicas, a exemplo das urbanas, os planejamentos territoriais e as questões sociais na cidade, bem como fortalecer o engajamento da sociedade para corroborar com uma gestão democrática no município, auxiliando seu crescimento por meio de experiências e vivências espaciais (CIÊNCIAS HUMANAS, 2024, p. 143).

Acreditamos que o projeto ajuda no desenvolvimento dessa autonomia e senso crítico nos estudantes. É importante destacar que abordar sobre o funcionamento da política em uma democracia significa falar sobre a vulnerabilidade socioeconômica que afeta esses estudantes. O objetivo é promover uma reflexão crítica, capacitando essa juventude a assumir um papel de sujeitos políticos engajados com as questões sociais de suas comunidades.

Conforme Silva (2009), “a escola de qualidade social é aquela que atenta para um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação” (p. 225). E complementa que a escola deve buscar “compreender as políticas governamentais, os projetos sociais e ambientais em seu sentido político, voltados para o bem comum” (p.

225). Ou seja, o ensino e aprendizagem escolar não deve consistir apenas na transmissão de conhecimentos acumulados pela humanidade, e sim, na busca constante de transformações visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

O projeto se justifica pela necessidade de abordar as seguintes temáticas no contexto escolar: a inserção dos alunos como protagonistas na política, imersão dos estudantes em um cenário crítico socioeconômico crítico, e potencialização do ensino com metodologias ativas que os preparem para os desafios deste século XXI, como as complexidades dos problemas nas áreas de vulnerabilidade urbana em que residem. O objetivo do projeto é contribuir para a formação cidadã de jovens engajados politicamente, capacitando-os a lutar por uma sociedade mais justa. Espera-se que, além da conscientização e participação política, o projeto ajude a promover mudanças reais na vida dos envolvidos e da sociedade em geral.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Toda a experiência teve como aporte teórico o patrono da educação brasileira, Paulo Freire, a qual entende que a educação é um ato político. Para Freire ser político é tomar partido, por isso ele explica:

Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo (2013, p. 100).

Freire é um teórico que busca a superação de qualquer tipo de autoritarismo, seja de direita ou esquerda, que coloque em risco a democracia e as liberdades individuais. E entende isso de tal forma que assegura que os professores têm a responsabilidade de ajudar os alunos a pensarem certo, isto é, fazer relação entre o conteúdo escolar e o próprio contexto de bairro, de cidade, de país e de mundo.

Em virtude disso, ele afirma que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2013, p. 24). A ideia é que no contexto do ensino e aprendizagem o aluno seja um ser curioso, questionador e crítico, superando uma postura passiva. E, neste processo, o compromisso político do professor na busca pelo bem comum não pode ser desvinculado de um bom

preparo técnico, visando coordenar as atividades em sala de modo científico, para não ensinar sem segurança, e ético, para não mentir.

A proposta freireana de educação como um ato político dá o tom para a eliminação das formas de ensino apáticas em relação às desigualdades e injustiças existentes na sociedade brasileira. Por entender que a educação é uma forma de intervir no mundo, Freire (2013, p. 66) entende que sua “resposta à ofensa à educação é a luta política, consciente, crítica e organizada contra os ofensores”. Assim, quando a escola ou universidade voltarem-se para a comunidade, sobretudo a menos favorecida, o ensino terá como principal propósito responder aos desafios e problemas reais a fim de contribuir para a melhoria do humano, da sociedade e do mundo. O pressuposto do seu pensamento é que o ato de ensinar requer um envolvimento real com as pessoas e com o contexto

## **RELATO DA EXPERIÊNCIA**

O projeto teve início a partir de um diálogo com a diretora da escola sobre a falta de participação dos estudantes no Grêmio Escolar, a falta de cuidado com o patrimônio da instituição e a dificuldade em compreender os direitos e deveres no ambiente escolar. Em respostas a esses desafios, foi decidido que seriam incorporados debates de temas atuais na eletiva de Geografia ofertada no quinto tempo para uma turma do 9 ano, no turno da manhã. Vale destacar que as aulas de Geografia têm uma carga horária de duas horas/aula, e a terceira hora serve para completar a carga horária do professor de 40 horas semanais.

Durante o semestre surgiu a oportunidade de concorrer para participar do projeto “Político, eu!?!”, oferecido pela Fundação Demócrito Rocha a fim de estimular a participação dos estudantes na política. A proposta, que buscava proporcionar o conhecimento do trabalho do legislativo Municipal, trouxe a possibilidade de amadurecer a ideia de desenvolver projetos que solucionem os problemas mencionados. Seguindo as orientações do concurso, a turma foi escolhida para desenvolver um projeto de lei que provocasse mudança no cotidiano escolar.

O objetivo geral do projeto é promover a participação dos estudantes da educação básica em atividades educativas que incentivem a participação ativa e crítica na política, entendida como a busca pelo bem comum, a fim de exercer plenamente a cidadania e fortalecer os valores democráticos essenciais para uma sociedade justa. O projeto foi desenvolvido no componente curricular de Geografia mediante uma oficina sobre o poder

legislativo municipal e, posteriormente, a turma fez uma visita guiada à Câmara Municipal de Fortaleza, onde estudantes vivenciaram, a partir de uma simulação, a experiência de serem vereadores por um dia.

Inicialmente, o professor apresentou a proposta à turma do 9º ano, já envolvida em debates contemporâneos. As regras do concurso foram explicadas e suas etapas, com o objetivo de introduzir conceitos básicos do campo político e das instituições democráticas. Dessa forma, os estudantes aprenderam como funciona a construção e os tipos de leis que regem o poder municipal e, a partir disso, foram instruídos a elaborar um projeto de lei municipal que trouxesse melhorias para a cidade. O concurso selecionou os melhores projetos por escola para a realização de uma oficina sobre o legislativo municipal e uma visita guiada à Câmara Municipal de Fortaleza. Para contemplar todos os pontos desta atividade foram destinadas duas semanas no componente curricular de Geografia e contou com uma média de 35 alunos participantes.

A partir da proposta lançada, surgiram várias ideias e debates de como melhorar a escola, o bairro, a cidade, o meio ambiente e a vida da população. Neste momento, o papel do professor como mediador foi fundamental para orientar as discussões sobre projetos de lei, as competências do poder municipal e a redação adequada do documento. A turma chegou a um consenso e elaborou um projeto de lei complementar que visava a instalação de semáforos em frente às escolas municipais localizadas em avenidas, uma vez que esta era uma preocupação local, pois tornava inseguro o trânsito de pedestres. O trabalho foi enviado seguindo os parâmetros do concurso e a escola foi aprovada.

Na segunda etapa, a escola recebeu a visita de profissionais da Fundação Demócrito Rocha que, juntamente com o professor-orientador, realizaram uma oficina com os estudantes para explicar o processo legislativo e o funcionamento da Câmara Municipal de Fortaleza. Os alunos participaram da simulação de funções como Presidente, Vice-presidente, Secretário e Relator, além de debater o fluxo da tramitação de projetos e a organização por partidos.

Após a oficina, o estudante relator, com ajuda do professor e dos colegas, escreveu o parecer do relator, que foi apresentado e debatido durante a visita à Câmara Municipal de Fortaleza na etapa referente ao Plenário. Foram escolhidos os grupos de interesses que funcionaram como partidos e o líder da bancada. Por fim, com mediação dos responsáveis pela oficina, os grupos se reuniram entre si para debater o projeto e apresentar o processo necessário para estudo do tema.

O foco da oficina foi familiarizar os estudantes a respeito da linguagem que compõe o legislativo, organizar as equipes e ensaiar para a visita à Câmara Municipal de Fortaleza, no qual eles tiveram a oportunidade de simular a votação do projeto que foi desenvolvido na primeira etapa.

Na terceira etapa, os estudantes realizaram a visita guiada à Câmara Municipal de Fortaleza, conhecendo todos os trabalhos que nela são desenvolvidos. Acessaram o museu, a rádio, o Podcast, a TV Câmara e as dependências das comissões do Legislativo, onde tiraram dúvidas, fizeram questionamentos e agregaram mais aprendizado a respeito do trabalho de um vereador. Em todos os espaços foi possível perceber as observações atentas se misturando com as anotações e fotos que posteriormente apresentaram em sala de aula para a conclusão final do projeto.

Por fim, o último espaço em que os estudantes tiveram acesso foi o plenário, onde colocaram em prática o desenvolvimento do projeto organizado nas etapas anteriores. Houve debate entre os representantes dos partidos fictícios, assim como a composição da mesa, a leitura do projeto, as discussões apresentadas, o presidente da mesa conduzindo os trabalhos e a votação final. Acreditamos que tudo isso proporcionou um novo olhar sobre a política e o fortalecimento das instituições democráticas por parte dos sujeitos envolvidos, professores e alunos.

É importante destacar que toda a visita foi documentada pela Fundação Demócrito Rocha, em parceria com o jornal O Povo. A partir das atividades do projeto, foram produzidos podcasts, lives, webdocs, programas de TV e gibis sobre política e cidadania, e todo esse material foi posteriormente compartilhado com os alunos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No final dessa experiência, observou-se um aumento significativo no interesse dos estudantes pela política, especialmente no que diz respeito à luta por seus direitos e ao exercício pleno da cidadania. O projeto obteve sucesso ao catalisar o debate público sobre a participação política de estudantes do ensino fundamental da rede municipal de Fortaleza, evidenciando-o como um instrumento válido para o fortalecimento da democracia. De modo geral, percebe-se que o projeto promoveu um impacto relevante na compreensão dos educandos sobre como a discussão dos assuntos pertinentes à sociedade perpassam o âmbito político.

## REFERÊNCIAS

Ciências humanas: volume 6. Organização de Celina Henriqueta Matos de Heredia Nascimento. [et al.]; coordenação Mirna França da Silva Araújo, Marlúcia Delfino Amaral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2024. (Documento Curricular Referencial de Fortaleza: incluir, educar e transformar (DCRFor); v. 6)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 46 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

SILVA, Maria Abádia da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Cadernos CEDES**, v. 29, n. 78, p. 216–226, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/9dskHZ5yhjhYbXfGNNvm4VK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 ago. 2024.

## REGISTROS FOTOGRÁFICOS

